

O Tribunal Superior do Trabalho – TST divulgou a notícia de que um motorista ganhou o direito de receber adicional de periculosidade por ficar exposto à substância inflamável durante 12 minutos durante o abastecimento de seu caminhão.

Esse espaço de tempo afasta a hipótese de contato eventual ou por tempo extremamente reduzido, devendo ser conferido ao empregado o direito ao adicional de periculosidade que está previsto em norma regulamentadora que considera perigosas as operações em “postos de serviços e bombas de abastecimento de inflamáveis líquidos”, incluídos os operadores e os trabalhadores que operam em área de risco.

Na reclamação trabalhista, o empregado afirmou que foi contratado para desempenhar a função de motorista e que nunca recebeu adicional de periculosidade, apesar de ficar exposto diariamente a situação de perigo quando abastecia seu caminhão.

O Ministro que julgou o processo afirmou que outras decisões do Tribunal já vinham garantindo o pagamento do adicional nos casos em que o empregado fica exposto a condições de risco de forma intermitente. Ele destacou que o empregado abastece o próprio veículo “a exposição ao risco decorre das próprias atividades por ele desenvolvidas, já que está exposto a contato direto com inflamáveis”.

Pulo do Gato

O trabalho em condições de periculosidade assegura ao trabalhador a percepção de adicional de 30% (trinta por cento) incidente sobre o salário, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participação nos lucros da empresa.

O adicional deve integrar o valor dos salários recebidos pelo trabalhador com reflexo no FGTS, nas férias com acréscimo de 1/3, no aviso prévio, no décimo terceiro salário, no descanso semanal remunerado e principalmente no cálculo do valor de todos os benefícios previdenciários e acidentários mantidos pelo INSS.

Dúvidas sobre trabalho e previdência

Como se caracteriza a periculosidade?

A caracterização da periculosidade far-se-á por meio de perícia a cargo de médico ou engenheiro de segurança do trabalho devidamente registrado no Ministério do Trabalho. Depois de definida a periculosidade o direito do empregado ao adicional somente cessará com a eliminação do risco à integridade física.

Como fica a situação da pessoa que tem direito à periculosidade e à insalubridade?

O empregado que ao mesmo tempo possuir direito ao recebimento do adicional de insalubridade e de periculosidade deverá optar pelo mais vantajoso; o que normalmente é a periculosidade, visto que não está vinculada ao salário mínimo.

Quem exerce atividade com periculosidade pode se aposentar mais cedo?

O trabalho em condições que coloca em risco a saúde ou a integridade física do trabalhador gera o direito à aposentadoria especial. Essa modalidade de aposentadoria, dependendo do grau de risco, ocorre com 15, 20 ou 25 anos de atividade.